

COMUNITÁRIA III POLÊMICA

# Petição apoia paralisação em escola

Grupo de pais se contrapõe a outro, que critica forma de adesão de professores à greve do dia 28

Rafaela Dias  
DA AGÊNCIA ANHANGUERA  
rafaela.dias@rac.com.br

Uma petição com 1076 assinaturas de pais de alunos da Escola Comunitária de Campinas, apoiando a instituição pela paralisação do último dia 28 (dia da greve geral contra as reformas no País) está circulando pela internet. Esse grupo se contrapõe a outra parcela de pais que se manifestaram contra a suspensão das aulas, principalmente por uma carta publicada por pro-

## Movimento com mais de mil assinaturas quer impedir "repressão"

fessores e funcionários que apoiavam a greve. Um abaixo-assinado online publicado no dia 27, e assinado por 138 pessoas, pedia que o fato não se repetisse, além da retratação dos professores e ressarcimento do pagamento do dia. A reportagem foi publicada pelo **Correio** no dia 6 de maio.

O outro grupo, que criou uma segunda petição na internet, é liderado pelo advogado Eduardo Surian Matias, que tem filhos estudando na instituição há 10 anos. A medida foi criada para afirmar o apoio desses pais aos princípios e práticas da escola, contrapondo, segundo ele, diferentes movimentos de cerco e repressão aos docentes. Outra iniciativa foi um abaixo-assinado com 302 assinaturas e que afirma entender



Leandro Ferreira/AAN

Pai mostra documento de grupo em apoio aos princípios democráticos da Escola Comunitária de Campinas

a postura da maioria dos professores, acreditando ainda que a decisão tenha sido o melhor encaminhamento possível naquele momento.

"A liberdade de ensino permite que você tenha contato com todas as informações possíveis para construir sua opinião ou crítica. Esse é o princípio da Escola Comunitária, dar liberdade aos professores para que disseminem conhecimento. Não se trata apenas de escolarizar, precisamos que cidadãos sejam formados ali", defende o advogado. De

acordo com ele, nenhum grupo organizado pode interferir nas decisões dos professores. "É inimaginável pensar que o direito à greve e ao livre pensamento, garantido aos professores e funcionários, possa ser tratado como doutrinação por uma parcela dos pais", argumentou.

O tema "doutrinação" tem sido discutido pelo Movimento Escola sem Partido, que defende aprovação de um projeto de lei federal. O assunto que ainda divide opiniões é defendido por uma parcela

que acredita que alguns temas como política, orientação sexual e religião não devem ser discutidos em sala de aula. Linha essa criticada pelo advogado. "Uma escola sem partido é uma escola sem conhecimento. Estamos regredindo para a década de 70, quando reprimidos pelo regime militar, professores não podiam se manifestar em sala."

Outro pai que aderiu ao manifesto foi o advogado Nilo Beiro. Ele explicou que a instituição inicialmente havia informado que funcionaria nor-

## Especialista defende soluções por meio do diálogo

A professora de psicologia educacional da Faculdade de Educação da **Unicamp** Angela Soligo acredita que a falta de consenso dos pais deve ser trabalhada com diálogo. "O ideal seria promover uma reunião para chegar em um acordo, mas nunca esquecendo do direito dos alunos à educação", disse. Segundo a especialista, é importante reforçar que a educação não é um produto e sim um direito. "Mesmo que esses pais paguem as mensalidades, e os pais das escolas

públicas também pagam pelos estudos, de uma forma ou de outra, eles têm que entender que uma boa educação é aquela que dá a possibilidade dos seus alunos conhecerem e compreenderem os fenômenos sociais." Segundo a professora, a Escola sem Partido se trata de uma causa inconstitucional, avaliada pelo Ministério Público Federal. "As escolas nunca foram nem serão neutras, pois são compostas de diferentes pessoas da sociedade." (RD/AAN)

malmente — decisão documentada por e-mail, mas que depois foi surpreendida por uma decisão dos funcionários e professores que iriam aderir à greve. "A escola não teve alternativa naquele momento, ela agiu corretamente. Sem funcionários e sem professores era impossível que as aulas acontecessem." Ainda segundo ele, todos os alunos, que têm idade para entender a situação, já haviam conversado em casa ou na escola sobre o tema.

Para Beiro é direito dos fun-

cionários aderirem ao movimento, uma vez que o seu tema, reforma trabalhista e aposentadoria, mexe com os direitos de todos os trabalhadores. "E tem uma questão mais grave, que é a discussão de uma escola sem partido. O ambiente da escola é plural, todas as ideias têm que ser discutidas."

A Escola Comunitária de Campinas novamente informou não ter sido comunicada formalmente sobre a iniciativa, não podendo, portanto, se posicionar.